

O “Jovem ProUni” e as tecnologias de informação e comunicação

Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa
Maria Aparecida Campos Mamede-Neves

Resumo

Discute a relação do jovem que ingressa na universidade pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) na apropriação do uso das tecnologias de informação e comunicação, baseando-se em pesquisa realizada com jovens que terminaram o ensino médio, ouvindo-os no momento de sua entrada na universidade em relação ao uso e às representações que fazem da internet, tendo como contraponto as representações do livro, da TV e do computador. Os passos metodológicos são descritos e os resultados, analisados. A pesquisa demonstra que os jovens que ingressaram pelo ProUni na universidade particular onde foi realizada a pesquisa acompanham os avanços tecnológicos de forma diferente da que é apontada pelo senso comum.

Palavras-chave: educação superior; instituições de ensino superior; política da educação; tecnologia educacional.

Abstract

The "ProUni Youth" and the information and communication technologies

The present article discusses relation of the youngster who entered the university through the "University for All Program" (ProUni) in the appropriation in the use of the information and communication technologies, based on a research conducted with young people who have completed high school, listening to them at the moment they entered the university, concerning the use and representations they make of internet, having as a counterpoint the representations of the book, the TV, and the computer. The methodological steps are described and the results are analyzed. The research shows that the population of young subjects who were admitted through the ProUni program in private colleges where the research was conducted, follow the technological advances in a different way than indicated by common sense.

Keywords: high education; higher education institutions; education policy; education technology.

Este artigo tem como foco o perfil do jovem que ingressa na universidade com o apoio do Programa Universidade para Todos (ProUni), enfatizando a relação, o uso e o valor que ele atribui às tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Nos últimos anos tem sido intensa a discussão sobre ações afirmativas, dentre as quais emergem questões relativas ao ProUni. Por ter sido desenvolvida exatamente dentro deste cenário, pesquisa realizada em uma universidade particular do Rio de Janeiro é peça fundamental deste estudo. A investigação em apreço explorou e analisou criticamente as relações dos jovens recém-entrados na universidade pelo sistema ProUni e pelo vestibular convencional com as TICs, bem como se deteve posteriormente no estudo das representações que os jovens faziam da internet.

Pela grande abrangência da investigação e pelo fato de que aqui nos interessa particularmente a relação dos alunos ProUni com a cultura digital, trazemos apenas alguns resultados e as discussões entre os que a pesquisa levantou.

Ações afirmativas e ProUni

De que tratamos quando nos referimos a ações afirmativas?

As ações afirmativas são políticas sociais que tentam concretizar a igualdade material, possíveis somente numa conjuntura de superação

dos postulados do Estado moderno, de ideologia liberal, onde a igualdade formal é dogma, quando em verdade, em sociedades como a nossa, é ficção, de acordo com os dados econômicos, sociológicos e antropológicos que a caracterizam (Valentim, 2006, p. 226).

Para a redução da desigualdade entre estudantes negros e brancos na entrada no ensino superior, bem como entre os das escolas públicas e particulares, são apontadas algumas alternativas qualificadas como ações afirmativas. Portanto, as ações afirmativas são consideradas instrumentos implementados para que as camadas mais pobres da população tenham acesso à educação superior. Neste sentido, o sistema de cotas nas universidades públicas e a implantação do ProUni nas particulares se delinham como políticas de ação afirmativa.

O ProUni é uma política pública, ou seja, uma iniciativa de Estado que desencadeia um conjunto de ações visando a garantia do exercício de direitos sociais; foi criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. É oriundo de convênio realizado entre Instituições de Ensino Superior (IES) particulares e o Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de viabilizar o ingresso no ensino superior privado a jovens que não podem arcar com o pagamento das mensalidades destas instituições mediante a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais.

Para se beneficiar do ProUni, os jovens devem ser ex-alunos da rede pública do ensino médio ou bolsistas integrais das escolas particulares. Portanto, esta política tem por finalidade contribuir para que esses jovens tenham maior acesso aos cursos de graduação ou aos sequenciais de formação específica oferecidos em instituições privadas de educação superior.

A seleção realizada pelo ProUni contempla o mérito dos candidatos, pois considera as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); portanto, a situação socioeconômica do candidato por si só não é fator único para ingresso no ensino superior.

Mas, para que um jovem obtenha bolsa integral em instituição privada de educação superior, a renda *per capita* de sua família deve ser inferior a 1,5 salário mínimo, e, para a obtenção de bolsa parcial, esta renda não poderá ultrapassar três salários mínimos; considera-se que esta ação redistribui benefícios sociais e contribui para a redução da desigualdade no acesso à educação superior. Em contrapartida, as instituições privadas recebem incentivos fiscais, como a isenção de impostos.

Cabe ressaltar que as políticas públicas destinadas às universidades particulares são distintas das políticas destinadas às universidades públicas. Nas universidades públicas, vem sendo adotado – com base na Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001 (Rio de Janeiro, 2001) – o sistema de cotas, medida governamental que instituiu uma reserva de vagas para determinados segmentos sociais.

Embora distintos, ambos – sistema de cotas e ProUni – poderiam ser considerados semelhantes na democratização do acesso ao ensino superior,

sobretudo nos cursos mais competitivos, porém algumas especificidades são ponto focal de uma discussão em torno do real significado do ProUni para a democratização.

O ProUni é comumente visto como mais uma política pública, particularmente por abrigar o preceito das cotas, mas destaca-se o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente. (Catani; Hey; Gilioli, 2006, p. 136).

Entretanto, a oportunidade de entrada no mundo acadêmico de instituições de ensino, que de outra forma estaria fora de seu alcance, torna possível, para esses jovens, vivenciar ambientes e experiências diferentes daquelas de seu cotidiano. Porém, o ingresso pela reserva de vagas não afiança a permanência na universidade, pois, para um bom aproveitamento, são necessárias outras condições, muitas vezes fora do alcance desses estudantes.

Uma crítica frequente é a de que o acesso ao ensino superior é priorizado em detrimento da permanência desses alunos nas IES. Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 131) consideraram que, “assim, a possibilidade de evasão aumenta. Por isso, o ProUni institui uma política de acesso, mas não de permanência, na educação superior, na qual o estudante é tratado como consumidor e não como cidadão”.

Sob este ponto de vista, o ProUni se torna apenas um programa assistencialista, pois é a permanência – e não o ingresso – o elemento fundamental da democratização. Mas, se garantidos a assistência estudantil e o acesso aos livros e outros instrumentos necessários, bem como o adequado apoio pedagógico, não há dissonância entre o rendimento dos alunos em função da forma de ingresso (Queiroz; Santos, 2006).

Em virtude das condições socioeconômicas – pré-requisito para a entrada de um jovem na universidade pelo ProUni – frequentemente considera-se que o acesso e a familiaridade desses jovens com as TICs sejam marcadamente reduzidos em comparação com os daqueles que ingressam por outros meios de acesso (vestibular e Enem). Nesse contexto, não raro algumas questões vem à tona: Os jovens que ingressam na universidade pelo ProUni estão – em comparação com seus futuros colegas – igualmente imersos na cultura digital? Quais entre as recentes TICs já foram incorporadas por eles? As escolas e os telecentros contribuem para a inclusão tecnológica desses jovens? Que espaços eles utilizam (se utilizam) para acesso à internet? Quais usos eles fazem das TICs?

Foram questões semelhantes que provocaram e conduziram uma reflexão com base nos resultados da pesquisa, especialmente no que se refere à afinidade desses jovens com as TICs, bem como as suas práticas e representações.

O perfil do aluno ProUni na relação com a internet

A pesquisa que serve de apoio empírico às considerações que estão sendo feitas neste artigo e analisou as condições, o uso e as representações que jovens recém-chegados à universidade tinham da internet foi a culminância de uma série de investigações sobre a juventude e os meios de comunicação que contataram forte relação entre o material veiculado por esses meios e a construção de valores e problemas apontados por jovens urbanos.

A pesquisa analisou as falas desse grupo de jovens por meio de um questionário, não obrigatório, sobre o uso que faziam da internet. Foram ouvidos 965 alunos – 51% do sexo feminino e 49% do sexo masculino, com idade de 17 a 19 anos – com moradia em diversos bairros do Rio de Janeiro e diferenças significativas de classe.

Foram considerados dois grupos, de acordo com a forma de acesso à universidade: o *Grupo T*, com entrada pelo vestibular tradicional ou pelo Enem,¹ e o *Grupo P*, com entrada pelo ProUni.

O fato de o *Grupo P* estar na mesma faixa etária dos demais já fornecia um dado que se opõe ao senso comum, que considera que jovens de classe menos favorecida ingressam mais tarde na universidade. Portanto, assim como os jovens do *Grupo T*, eles nasceram junto com o surgimento da internet comercial, a difusão do uso do computador e dos *video games*.

Todos declararam saber usar o computador há vários anos, havendo porém uma diferença pequena para menos do *Grupo P* em relação aos jovens do *Grupo T*. Foi levantada a hipótese de essa discrepância ser provavelmente devida às desigualdades financeiras entre os dois grupos. Porém, no que concerne a este artigo, o que se faz importante ressaltar é que o analfabetismo digital, suposto para as classes menos favorecidas, não foi constatado.²

No *Grupo P*, entre rádio, livros, revista, televisão e computador, predominava como lazer o uso da televisão (43%), seguido do computador (18%); já no *Grupo T*, 46,3% preferiam o computador, enquanto a televisão, mídia considerada de massa e a mais popular, ficou aquém do computador (25%).

Foi interessante relacionar estes dados com a questão sobre ter ou não computador em casa. De fato, no *Grupo T*, 97% possuíam computador em casa, enquanto no *Grupo P* apenas 64% o tinham, fato que, provavelmente, tornava-os mais telespectadores.

Acredita-se que essa pesquisa, se realizada hoje, talvez pudesse trazer resultados diferentes em ambos os grupos. É possível que o avanço tecnológico amplie a cada dia a capacidade hipermediática e disponibilize atividades outrora restritas à televisão e hoje muito mais atraentes no computador. Se também forem considerados a convergência das mídias e o barateamento dos celulares multifuncionais, que trazem a TV como uma das possibilidades, portanto muito mais ao alcance do grupo de menores posses, esse panorama tenha maiores modificações no *Grupo P*. Corroborando a ideia de que os jovens estão cada vez mais em busca de meios que aglutinem

¹ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma prova criada em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC), utilizada como exame de acesso ao ensino superior em universidades brasileiras e como ferramenta para avaliar a qualidade geral do ensino médio no País.

² Parte desses dados foram apresentados na International Conference Education, Economy & Society, Paris, julho de 2010.

outras mídias, verificamos que eles também convivem com elas de maneira integrada.

Em termos gerais, quantos jovens da pesquisa usavam a internet? Vistos na sua totalidade, 98% navegavam na internet diariamente ou pelo menos de duas a três vezes por semana. Nisso o *Grupo P* não apresentou diferenças.

Não ter computador não impedia o jovem do ProUni de navegar na internet, ter *e-mail*, participar de *sites* sociais, ter *blogs* e *fotologs*, utilizar o *MSN* e *Skype* ou, ainda, procurar informações em *sites* de busca em igual proporção que os alunos que compunham o *Grupo T*.

E como os jovens do *Grupo P* acessavam a internet? Da casa de amigos, da escola, do trabalho e em espaços como as *lan houses*, muito mais disseminadas nas comunidades de baixa renda que nos espaços urbanos mais privilegiados, fato comprovado por pesquisas realizadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Em trabalho de 2008, o CGI.br indicava crescimento de mais de 100% no uso de espaços públicos para o acesso à internet, sendo as *lan houses*, no momento da pesquisa, responsáveis por quase 50% dos acessos, contra 43,39% de acessos em casa, 25,3% no trabalho, 16,69% na casa de outra pessoa e apenas 18,48% na escola. O levantamento apresentado pelo CGI.br sobre uso das TICs no Brasil, ano base 2009, mostra o panorama quanto ao uso de espaços públicos pagos: 36% no SE, 31% no Sul e, respectivamente, 60% no NE, 53% no Norte e 44% no Centro-Oeste, sendo que, da amostra ouvida, 64% pertencem às classes D e E.

Daí talvez o uso significativo do computador pelo *Grupo P* na casa de amigos e nas *lan houses*. Não se alonga mais a discussão dessa questão, ainda que muito interessante, porque ela se distancia do cerne deste artigo; o importante aqui é reforçar a ideia de que não há somente diversificação de consumo de mídia pelo jovem, mas uma nova cultura em formação, na qual a convergência midiática vem transformando o modo de viver a informação e a comunicação.

No seu tempo livre, a maioria desses jovens integra as novas mídias na programação da sua jornada sem exageros (*Posso viver tranquilamente sem internet*). Mais do que ficarem à frente da tela do computador, eles preferem sair e encontrar os amigos (*É melhor sair, jogar futebol de verdade do que jogar playstation*); as mídias de uso pessoal lhes interessam porque consentem prolongar as relações reais para além dos limites de espaço e tempo.

É verdade que ele também é usado para o consumo de informações, o que ratifica a ideia da naturalização da conexão do computador, já que, para obter informações, ela é indispensável. Eles obtêm a informação pelo jornal da TV, completam-na indo ao jornal *on-line*, problematizando as notícias nas rodas de amigos, colegas ou familiares. Mas cabe ressaltar que, apesar de não lerem continuamente, mas sim como que zapeando, conferem ao jornal impresso um mais alto grau de idoneidade como fonte abalizada e confiável.

Os dados coletados mostraram que o conceito de contexto não pode ser expresso apenas como demarcação geográfica, restrito ao universo

escolar, ignorando a continuidade do processo educativo que se estabelece, intencionalmente ou não, em inúmeras relações presentes em outros espaços, entre os quais o espaço midiático.

Para estudar, os jovens do ProUni preferiam que fossem usados "sites da internet". Curiosamente, no *Grupo T*, encontramos a predominância da preferência "livro didático tradicional" como melhor suporte para estudar. A imensa maioria dos dois grupos rechaça a possibilidade de usar fotocópias, embora seja uma prática muito difundida.

Os jovens do ProUni demonstraram ter uma atitude de curiosidade diante do computador e uma valorização prévia em relação à eficiência desta tecnologia para lazer, pesquisa, estudo, informação; não está presente pessimismo quanto à capacidade de manejar esse artefato computadores. Têm bastante claro quanto às condições ideais para a compreensão do conteúdo de um *site*. O *orkut*, o *MSN*, mais do que o *facebook*, são usados como espaço de socialização; como *site* de busca é usado predominantemente o *google*.

Destacou-se o fato de que, de modo geral, os jovens não adquirem o conhecimento para o manejo do computador e tampouco aprendem a navegar na *internet* de modo formal.

Mais da metade do grupo aprendeu a usar o computador e a *internet* sozinha –, o que reforça a ideia de que a era do computador e da *internet* se assenta na exploração do novo sem receios –, e cerca de um quinto do *Grupo P* aprendeu com amigos, com base na possibilidade de contar com amigos que sabem. Portanto, estas aprendizagens estão inseridas no espectro de socialização que ela própria oferece. Particularmente, os jovens ingressos pelo ProUni apresentaram um perfil que se destacou pelo maior índice quanto à aprendizagem colaborativa e também pela significativa proporção daqueles que tiveram na escola, especialmente no ensino médio, a possibilidade de adquirir conhecimentos relacionados ao uso do computador.

Essas diferenças merecem ser exploradas em novos estudos, particularmente porque as políticas públicas ampliaram – qualitativa e quantitativamente – o oferecimento de espaços digitais, estão investindo na formação de professores para o uso educacional das tecnologias e, ainda, realizam projetos que oferecem aos alunos um computador³ com vista a disseminar seu uso não apenas por eles, mas também por suas famílias e a comunidade do entorno das escolas.

Os jovens ouvidos, em sua maioria, são atraídos pelas tecnologias e demonstraram "forte expectativa" no seu uso para a resolução de problemas em diferentes áreas, demonstrando uma forte valorização prévia em relação à eficiência da tecnologia na realização das mais variadas atividades de sua experiência cotidiana: lazer, pesquisa, estudo, informação.

Pela experiência advinda de toda esta investigação, consideramos que estas respostas são decorrentes das diferenças de poder aquisitivo e da falta de oportunidades enfrentadas por estes jovens, mas destacamos que este quadro vem aceleradamente se modificando e as tecnologias estão cada vez mais se disseminando em todas as classes sociais.

³ Um bom exemplo é o Programa Um Computador por Aluno (ProUca).

O grande potencial do computador no auxílio para tarefas vinculadas ao estudo, à pesquisa e ao trabalho é destacado, e quase unanimemente os recém-ingressos esperam que a universidade lhes ofereça melhores condições do uso das TICs, inclusive nas aulas.

Portanto, os dados coletados e tratados estatisticamente apontaram não haver diferença de significação, valor ou formas de representação e de uso da *internet* entre os jovens que tinham chegado à universidade mediante o ProUni e os que ingressaram por outros meios de acesso (vestibular e Enem). As diferenças encontradas repousaram muito mais nas condições socioeconômicas dos grupos, mas nunca em relação a um possível analfabetismo digital por parte daqueles que vinham de vestibulares comunitários.

Isso reforça nossa ideia de que o jovem urbano, ao chegar à universidade, qualquer que seja a sua procedência econômica e cultural, traz em sua bagagem a escolha crítica do que lhe é oferecido.

Na universidade em que os estudos foram realizados, o acesso à *internet* durante o curso é garantido para todos os seus alunos; também lhes são assegurados um número fixo de folhas impressas para cada período e a possibilidade de compra, a baixo custo, de outros lotes para impressão.

Finalmente, destacamos que, da análise crítica do material da pesquisa a partir dos dados coletados e tratados estatisticamente, os resultados apontaram não haver diferença de significação, valor ou formas de representação e de uso da *internet* entre os jovens que ingressaram pelo ProUni e os demais jovens. As diferenças observadas são muito mais relacionadas ao maior ou menor número de computadores por família, à qualidade da máquina ou à maior ou menor atualidade de programas e aplicativos usados do que em relação a um possível analfabetismo digital.

Também ressaltamos que esses dados surpreenderam um considerável grupo de professores cuja convicção era a de haver uma relevante diferença de conhecimento, manejo e inserção no mundo digital entre os que ingressavam pela via convencional e os que provinham do ProUni.

Podemos adiantar que os resultados deste estudo são profícuos a partir do momento em que, conhecendo-se o perfil do aluno ProUni, se torna possível melhor satisfazer a suas possíveis necessidades.

Considerar a *internet* como uma tecnologia da informação com grande potencial de auxiliá-los nas tarefas vinculadas ao estudo, à pesquisa e ao trabalho é um pensamento de todo o *Grupo P*; infelizmente, 25% ainda a usam muito pouco e 4%, raramente. Pela nossa experiência, este fato se enquadra perfeitamente na questão das diferenças de poder aquisitivo e na falta de oportunidades que a classe menos favorecida sempre enfrenta.

A mais importante constatação da pesquisa foi, assim, não haver diferença de significação, valor da *internet* entre os jovens das classes A e B e os provenientes de classes de baixa renda. As diferenças encontradas repousaram muito mais nas condições socioeconômicas dos grupos, mas nunca em relação a um possível analfabetismo digital por parte daqueles menos assistidos.

Considerações finais

A universidade que serviu de base à pesquisa, além da incessante preocupação com a formação do cidadão, com a qualidade de seus cursos visando a excelência da formação de seus alunos, já vinha se esforçando em abrir e ampliar as oportunidades para jovens. É uma universidade de cunho filantrópico que, anteriormente à implantação do ProUni, já sustentava bolsas de estudo para estudantes de camadas populares, além de disponibilizar incentivos que favorecessem a permanência desses estudantes no curso superior. Assim sendo, desde 1994 existia um programa de ação afirmativa para alunos oriundos dos Cursos Pré-vestibulares para Negros e Carentes (PVNC), implementando uma política de ação afirmativa. Ao ser aprovado no vestibular, o aluno recebia uma bolsa de estudos integral. Com a idealização do ProUni, acompanhando as orientações oficiais, desde 2004 a universidade preparou-se para aderir ao programa.

Quando, em 2005, as universidades começaram ou tiveram que começar a adotar ações com vista à democratização do acesso às suas vagas em consonância com as diretrizes governamentais, veio à tona uma ampla reflexão sobre práticas institucionais associadas à implementação das políticas de inclusão. A universidade em apreço, seguindo as diretrizes oficiais, deu continuidade aos programas de inclusão que já desenvolvia anteriormente, pois, por suas características institucionais, já considerava como missão o apoio ao ingresso de estudantes. A partir de então, o ingresso dos alunos oriundos dos citados pré-vestibulares passaram a ocorrer com base no ProUni e não mais pelos convênios antes estabelecidos com entidades de movimentos sociais (Guimarães, 2007).

[...] passou, assim, a receber alunos moradores das periferias do município do Rio de Janeiro ou de outros municípios, moradores de favela, lideranças políticas, representantes de associações de moradores e ativistas de movimentos populares, a maioria alunos do PVNC – uma nova conjuntura que alterou o perfil dos estudantes universitários e a dinâmica institucional (Salvador, 2009, p. 127).

Ressaltamos que, embora as bolsas de ação social tenham surgido para atender os alunos do PVNC, outras organizações sociais também eram beneficiadas.

Em 2008, os primeiros bolsistas do ProUni concluíram o curso superior, avaliando positivamente o programa (Silva, 2009). A ampliação das oportunidades de continuidade educacional contribuiu para a diminuição das desigualdades sociais e a formação, em bases sólidas, de profissionais em diferentes áreas.

Em fevereiro de 2009, um encontro no *campus* da universidade reuniu futuros alunos: 71 jovens que ingressavam na universidade pelo ProUni e que iniciariam seus cursos em março do mesmo ano. Eles apontaram como o primeiro grande obstáculo para o acesso ao ensino superior a concorrência dos vestibulares; em segundo lugar foi citado o

preço das universidades privadas; e o terceiro ponto levantado foi o custo da permanência e o transporte (Silva, 2009).

Essas colocações confirmavam que não basta aos jovens ingressar na universidade; também é fundamental dar-lhes apoio e condições para que nela permaneçam com proveito e tenham, todos, uma trajetória universitária em pé de igualdade com os demais alunos.

O ProUni permitiu o acesso a universidades que, anteriormente, eram "inacessíveis" para esses alunos, e os resultados obtidos por eles são muito próximos aos dos demais estudantes, mas, ao final dos quatro anos de implementação do programa, o índice de evasão do *Grupo Painda* é maior se comparado ao dos demais alunos (Romeu, 2009). Esta é uma questão muitíssimo séria, mas que foge ao âmbito deste artigo.

O que podemos afirmar é que, do que se levantou e analisou da pesquisa, no que se refere ao grupo de jovens que ingressaram na universidade pelo ProUni quanto ao seu pretense não letramento digital e incapacidade de usufruir as possibilidades da cibercultura, viu-se muito diferente. Esse grupo apresentou expectativas acadêmicas muito bem articuladas e demonstrou esperar do acesso à internet e à maior facilidade que ela proporciona a obtenção de informações, por vezes preciosas, principalmente para quem não teve boas bibliotecas a seu dispor.

Mas ter acesso aos dados sem uma orientação adequada não basta; como e o que melhor pesquisar é algo que se constrói, não surge com o simples uso da ferramenta em si.

O percurso acadêmico se faz pela aprendizagem colaborativa e pelo zelo da universidade por seus alunos. Se eles caem a meio do caminho, é imprescindível que se vá a sua procura, que se resgate e, principalmente, que se busque saber em que e onde a universidade, em todos os segmentos, falhou e onde precisa haver ajustes. O aluno que ingressa pelo ProUni não quer protecionismo; quer ações realmente proativas. E talvez o ProUni ainda tenha que provar a que veio: se realmente é para valer, a universidade que o adote precisa incorporá-lo como efetivamente seu, independentemente das benesses que receba dos órgãos governamentais.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm> .

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. ProUni: democratização do acesso às Instituições de Ensino

Superior? *Educar em Revista [on-line]*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2010.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Relatório de pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no Brasil*. 2008. Disponível em: <<http://www.cgi.br>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

_____. *Relatório de Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no Brasil*. 2009. Disponível em: <<http://www.cgi.br>>. Acesso em: 25 jul. 2009.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. *Educação superior, trabalho e cidadania da população negra*. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2007.

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, J. T. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, Especial, p. 717-737, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a05v2796.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei n° 3.708, de 9 de novembro de 2001*. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. 2001. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01-rio-de-janeiro-rj>>.

ROMEU, Artur. Quatro anos de ProUni na PUC-Rio. Portal PUC-Rio Digital. 05 de abril de 2009. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?&sid=41&infoid=3067>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

SALVADOR, Andréia Clapp. A gênese da política de ação afirmativa da PUC-Rio. Uma parceria entre Universidade e Movimento Social. *Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 5, p. 125-148, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/media/Desigualdade5_AndreiaClapp.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2011.

SILVA, Ivanuze Gomes da. Direito social à educação: acesso ao ensino superior. PUC-Rio: Orientadora: Departamento de Direito 2009. XVII Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio. De 31 de agosto a 3 de

setembro 2009. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2009/relatorio/dir/ivanuze.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2011.

VALENTIM, Daniela Frida Drelich. A experiência das ações afirmativas na Uerj: problematizando a questão do mérito. In CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa, doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é coordenadora de Projetos da Coordenação Central de Educação a Distância da PUC-Rio e professora do curso de especialização *lato sensu* Mídia, Tecnologia e Novas Práticas Educacionais, oferecido pelo Departamento de Educação da mesma universidade.

smpedrosa@gmail.com

Maria Aparecida Campos Mamede-Neves, doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é professora emérita do Departamento de Educação da PUC-Rio. Dedicase principalmente ao desenvolvimento de pesquisas dentro dos seguintes campos: os processos de pensamento, as relações da juventude com a mídia, a EaD, o ciberespaço e a cultura midiática.

apmamede@gmail.com

Recebido em 20 de abril de 2011.

Aprovado em 17 de janeiro de 2012.